ORGANIZAÇÕES DE MULHERES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA

ORGANIZATIONS OF INDIGENOUS WOMEN IN THE AMAZON

ORGANISATIONS DES FEMMES AUTOCHTONES DE L'AMAZONIE

Maria das Graças Silva Nascimento Silva[1]
Josué da Costa Siva[2]
Francisco Oro Waram[3]
Tainá Trindade Pinheiro[4]

RESUMO: O presente estudo tem como recorte espacial a Terra Indígena Rio Negro Ocaia – TIRNO, Terra Indígena em que vivem o Povo Oro em suas cinco Aldeias que compõem o seu território localizado no Município de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. Apresentamos as estratégias de organizações das mulheres indígenas dentro e fora das suas aldeias. O desafio de trabalhar as relações de gênero com populações indígenas nos coloca em processo de reconstrução do que entendemos como discursos acadêmicos pois são sempre novas perspectivas que encontramos. Apontamos aqui dois principais desafios: primeiro gênero que é um conceito transposto de um campo estritamente feminista e ocidental para outras realidades que não as mesmas em que foram criados; em segundo, as mulheres indígenas (assim como muitas mulheres não indígenas) que ainda estão se apropriando do conceito que precisa estar presente nas pautas de todos os movimentos sociais de mulheres indígenas.

Palavras-chave: Organizações de Mulheres. Indígenas. Demanda das Mulheres.

ABSTRACT: The present study has as its spatial cutout the *Rio Negro Ocaia* Indigenous Territory - *TIRNO*, the Indigenous Territory in which the Oro People live in its five Villages that compose their territory located in the Municipality of *Guajará-Mirim*, Rondônia Sate. The challenge of working on gender relations with indigenous populations puts us

1 Profª. Drª. do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero-GEPGÊNERO. E-mail: mgsnsilva@unir.br.
2 Prof. Dr. do Departamento, de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Cultural – GEPCULTURA. E-mail: jcosta@unir.br.
3 Prof. indígena da Rede Estadual de Ensino de Rondônia. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Cultural – GEPCULTURA. Liderança do Povo Indígena Oro Waram. E-mail: franciscorowaram@gmail.com.
4 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero-GEPGÊNERO. E-mail: taina-unir@hotmail.com.

Artigo recebido em novembro de 2020 e aceito para publicação em junho de 2021.

in the process of reconstructing what we understand as academic discourses, as there are always new perspectives that we find. Here, we point out two main challenges: the first, gender is a concept transposed from a strictly feminist and Western field to other realities than the ones in which they were created; secondly, indigenous women (as well as many non-indigenous women) who are still appropriating the concept that needs to be present on the agendas of all social movements of indigenous women.

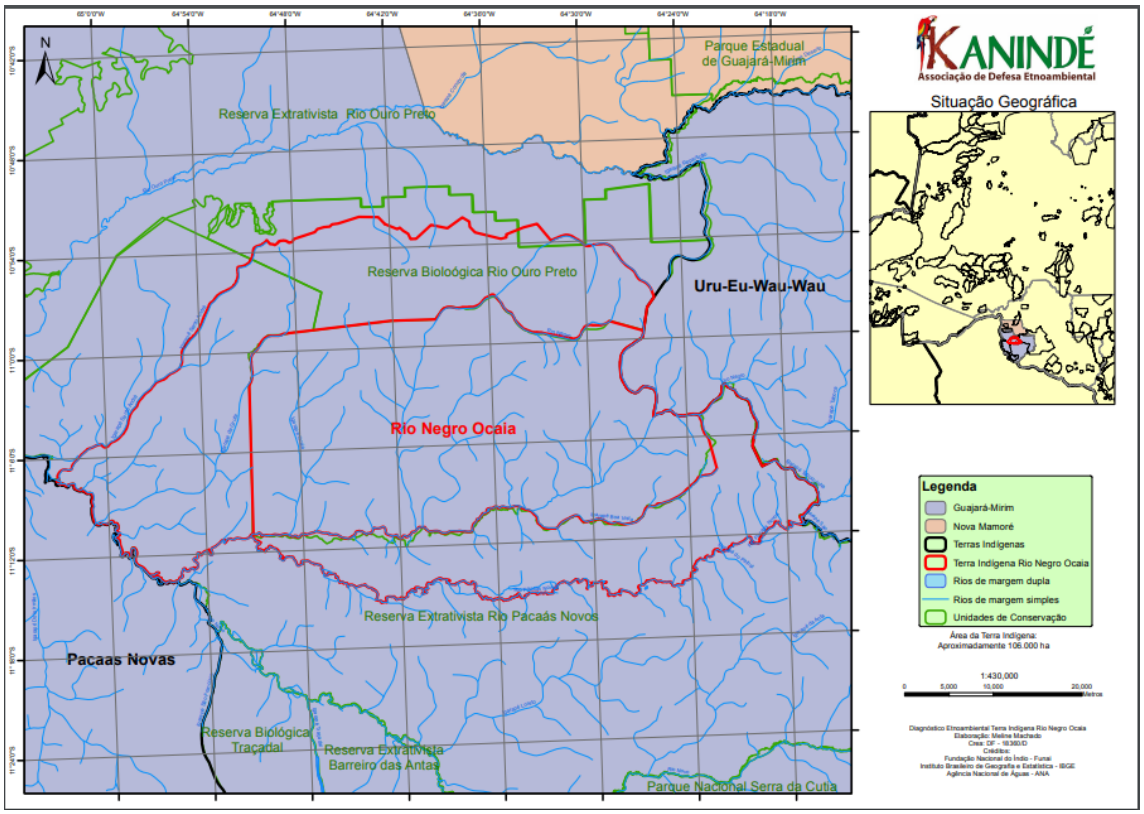
Keywords: Women's Organizations. Indigenous. Women's Demand.

RÉSUMÉ: La présente étude a pour délimitation spatiale le Territoire Indigène *Rio Negro Ocaia - TIRNO*, le Territoire Indigène dans lequel vit le Peuple Oro dans ses cinq Villages qui composent son territoire situé dans la Municipalité de *Guajará-Mirim*, État de Rondônia. Nous présentons les stratégies des organisations des femmes autochtones à l'intérieur et à l'extérieur de leurs villages. Le défi de travailler sur les relations de genre avec les populations autochtones nous met dans un processus de reconstruction de ce que nous comprenons comme discours académiques, car ce sont toujours de nouvelles perspectives que nous trouvons. Nous signalons ici deux défis principaux: prémièrement, genre est un concept transposé d'un champ strictement féministe et occidental à d'autres réalités que celles dans lesquelles ils ont été créés; deuxièmement, les femmes autochtones (ainsi que de nombreuses femmes non autochtones) qui s'approprient encore du concept qui doit être présent à l'ordre du jour de tous les mouvements sociaux des femmes autochtones.

Mots-clés: Organisations des Femmes. Indigènes. La Demande des Femmes.

RIO NEGRO OCAIA: A TERRA INDÍGENA DO POVO ORO

O presente trabalho é uma reflexão, sobre as estratégias de organização das mulheres indígenas, dentro e fora de suas aldeias. O campo foi realizado no mês de abril de 2018, nas aldeias, Rio Negro Ocaia, Ocaia III, Cami Wa Wam e Panti-Hop. A Terra Indígena Rio Negro Ocaia (Figura 1) possui uma área total de 104.063 ha, onde vivem os povos: Oro At, Oro Eu, Oro Jowin, Oro Nao, Oro Mon, Oro Waram e Oro Waram Xijein. Num total de 831 indivíduos. A partir dos resultados da pesquisa foi construído o Relatório Análise de Gênero na Terra Indígena Rio Negro Ocaia. Localizada no Município de Guajará Mirim no estado de Rondônia. A pesquisa tinha como objetivo de construir o Etnozoneamento da referida TI. A pesquisa foi uma parceria entre a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé e o BNDES- FundoAmazônia. Projeto Amazônia Indígena Sustentável.



Fonte: Elaborado a partir das Coordenadas tiradas em campo. 2018.

Figura 1. Mapa da Terra Indígena Rio Negro Ocaia.

Um dos pontos fortes do grupo, é o fato de todos falarem a língua materna, do tronco Txapakura. Sendo a Língua Portuguesa o segundo idioma para todos os povos da Terra Indígena Rio Negro Ocaia. Nesse sentido as crianças com idade até 10 anos não falam português. Só a partir do 5º ano que elas começam a aprender a língua portuguesa, que é ensinada na escola. Porque no âmbito familiar só é falada a língua dos Oro, bem como no ensino das séries iniciais.

AS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA

Os registros das primeiras organizações de Mulheres Indígenas, aconteceu na região amazônica no Estado do Amazonas e apenas duas surgiram na década de 1980, a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação das Mulheres Indígenas de Taracuá, Rio Uaupés e Tiquié (AMITRUT), as demais organizações foram criadas na década de 1990.

Em 1989 foi criada a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB e em 2002 foi criado o Departamento de Mulheres Indígenas da COIAB, com representantes de nove Estados da Amazônia brasileira. Rondônia esteve presente nesse processo de discussão e construção desse departamento. Segundo (SACCHI, 2003, p. 04):

> O Departamento foi formalizado no I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, evento ocorrido em Manaus, com participação de 70 lideranças (de 20

> organizações e 30 povos indígenas). Seu objetivo geral é o de promover a participação das mulheres indígenas nas diversas instâncias assim como assegurar seus direitos, e também contribuir para o avanço do movimento indígena.

A criação do Departamento de Mulheres Indígenas foi um marco para que elas pudessem apresentar suas demandas e ao mesmo tempo dando visibilidade aos movimentos de mulheres indígenas que surgiam em várias etnias na Amazônia. Com a participação das mulheres indígenas em espaços de decisões, como nos Conselhos, nas Associações, nas Coordenações, nas Diretorias e outros. Mesmo assim foi necessário um esforço muito grande para que as Instituições como FUNAI, Ministérios, e até mesmo as Organizações Não Governamentais – ONGs, mudassem o seu foco para dialogar, entender e atender as demandas dessas mulheres.

Nesse sentido, foi incluindo alguns itens das demandas das mulheres indígenas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, com muitas dificuldades de entendimentos para os planejadores das Políticas Públicas, porque são demandas específicas das mulheres indígenas, que envolvem costumes, tradições, culturas e saberes tradicionais específicos de cada povo.

Em Rondônia a Associação Metareilá do Povo Indígena Surui criou o Departamento de Mulheres Indígenas em 2004, que tem como missão desenvolver ações para as mulheres. A este departamento foi repassado a Loja de Artesanato e a orientação para desenvolverem projetos para as mulheres.

A FUNAI em 2008 criou a Coordenação de Gênero e de Assuntos Geracionais, onde segundo informações tiradas do site da instituição diz que:

> As principais ações realizadas direta e indiretamente, em contextos de parcerias, pela FUNAI, buscam fortalecer o reconhecimento das formas próprias de organização indígena. Nessa perspectiva, a FUNAI tem atuado com as questões de gênero e assuntos geracionais principalmente a partir de suas práticas com as mulheres indígenas ao longo dos últimos anos, refletindo sobre a relação que se dá entre homens e mulheres indígenas e vice e versa, entre mulheres e mulheres e entre homens e homens e entre as diferentes gerações. A atuação da FUNAI foca na importância do respeito às formas de organização familiares diferenciadas, a valores reprodutivos, e opções à orientação sexual conforme a realidade de cada povo.

Nesse sentido, a coordenação também vai focar nas questões voltadas para as ações de promoção, capacitação, orientação e prevenção, como por exemplo os itens relacionados abaixo, que também foram tirados do site da FUNAI:

a) *Atividades com mulheres indígenas para promoção de direitos sociais e de cidadania e para o fortalecimento de ações de etnodesenvolvimento;*

b) *Oficinas preventivas com a juventude indígena sobre as situações de vulnerabilidade (álcool, drogas, violências, suicídios*;

c) *Informações e formação sobre direitos e reflexão sobre assuntos de gênero e geração;*

d) Reuniões de fortalecimento das lideranças tradicionais.

Percebemos que durante a elaboração das atividades que resultou no Diagnóstico de Gênero na TI Rio Negro Ocaia, estas ações não foram e não estão sendo desenvolvidas nestas comunidades indígenas. Outros organismos internacionais como as Embaixadas e a Organização das Nações Unidas – ONU, nesse caso específico a ONU-Mulheres, vem apoiando iniciativas das mulheres indígenas não só do Brasil, mas também na América Latina.

Um dos Projetos apoiado pela ONU Mulher em parceria com a Embaixada da Noruega foi o da "Voz das Mulheres Indígenas" a ONU Mulheres está comprometida em apoiar as mulheres indígenas para que sua presença em fóruns nacionais e internacionais seja efetiva e que reivindiquem melhorias substantivas nas suas vidas e nas suas comunidades. Segundo o relatório do projeto, aponta que o principal objetivo de sua criação:

> Voz das Mulheres Indígenas" foi criado para elaborar uma agenda que defendesse as necessidades e interesses das mulheres indígenas levando em conta a diversidade entre as comunidades e também os seus interesses comuns. O projeto estabeleceu um grupo de referência com mulheres indígenas de distintos níveis de institucionalização e com poder deliberativo quanto às questões relativas ao "Voz das Mulheres Indígenas.

O coletivo se comprometeu a contemplar a diversidade de povos indígenas brasileiros por meio da promoção do diálogo intergeracional.

Rondônia foi representada no Projeto "Voz da Mulher Indígena", pela indígena Maria Leonice Tupari, que é uma das multiplicadoras da ONU Mulheres. Após um ano e meio de trabalho, as integrantes do Projeto em tela, apresentou o Relatório com demandas de 282 mulheres indígenas de 104 povos. As reivindicações que constam no Relatório foram apresentadas durante o XII Acampamento Terra Livres (ATL), organizado anualmente pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

O documento inclui diversas questões distribuídas pelos eixos: violação dos direitos das mulheres indígenas – incluindo, mas não se limitando, ao enfrentamento à violência contra a mulher; empoderamento político e participação política das mulheres indígenas; direito à saúde, educação e segurança; empoderamento econômico; direito à terra e processos de retomada com lideranças indígenas e conhecimentos tradicionais e diálogo intergeracional (APIB - Acampamento Terra Livre 2017).

A partir dessas vivências em programas, projetos e em eventos, que oportunizou o Processo de Demarcação e aprimoramento para o diálogo fazendo com que as mulheres despertem para a importância dos seus papéis nos diversos espaços políticos. No caso da Indígena Maria Leonice Tupari, sendo multiplicadora da ONU-Mulheres, ou seja, multiplicando esses saberes adquiridos através das formações e capacitações, foram fundamentais para alçar voos maiores com o propósito de empoderar as mulheres indígenas de Rondônia.

A criação da Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia – AGIR

A criação de Organizações das mulheres Indígenas de Rondônia, sul do Amazonas e Noroeste do Mato Grosso - OMIRAM ocorreu dois anos após a COIAB ter criado seu departamento, em 2004, no entanto, esta organização fica centrada na representação de uma indígena que vive na cidade de Porto Velho, que sem recursos, com fraco nível de comunicação com as mulheres que vivem nas aldeias, fragiliza a representatividade. A criação da Associação de Guerreira Indígenas de Rondônia -AGIR surge na tentativa de algumas mulheres indígenas e não indígenas de promoverem os direitos das mulheres com o diferencial de atuarem direto em campo.

A Associação surgiu a partir do momento em que as mulheres perceberam que, apesar de já existir certa articulação, o fraco movimento indígena não dava voz as mulheres, e isso mostrou a necessidade de uma melhor organização. Em setembro de 2015 foi criada a Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia – AGIR, o Encontro de Mulheres Indígenas aconteceu no Município de Cacoal na sede da Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí, com as presenças de jovens, adultas e idosas.

A AGIR tem muitos desafios pela frente, como o de capacitar e empoderar as mulheres indígenas do conhecimento e dos seus lugares, de saber o que é direito de todas, de inseri-las nas políticas públicas dentro e fora da aldeia; da inserção nas questões da gestão do seu território; na educação; na saúde da mulher, na alimentação tradicional e no artesanato.

Para atender a todos esses objetivos e levar as informações para as mulheres que estão nas aldeias a Presidente da AGIR, Maria Leonice Tupari, vai se utilizar de ferramentas da internet como as redes sociais, os grupos do WhatsApp. Hoje existe um grupo só de mulheres indígenas e uma página na internet da Associação. A ferramenta tecnológica vem quebrando barreiras das distâncias e aproximando essas mulheres. Apesar de muitas aldeias ainda não possuírem acesso à internet.

Outro desafio que é muito oportuno apresentar é transpor a barreira em relação ao convencimento de seus respectivos companheiros indígenas. Segundo a Presidente da AGIR, em entrevista concedida a Profa. Maria das Graças Silva Nascimento Silva em dezembro de 2016, quando trata da importância dos projetos e das demandas das mulheres indígenas: "Porque os homens precisam dessa conversa para saber da importância e da necessidade dos projetos das mulheres".

Levar essa reflexão a estes homens não é tarefa fácil, pois o homem indígena não tem a vivencia em sua cultura, da mulher que sair de casa para se tornar uma liderança, de estudar, de se profissionalizar, de se empoderar. Permitir essa abertura para as mulheres é difícil para uma organização cultural onde o machismo ainda impera, em sua forma simbólica e cotidiana em seus costumes, onde é trabalho da mulher cuidar da casa, dos filhos, do lar, de quando sair ter obrigação de levar os filhos. Também, a falta do próprio conhecimento delas a esse respeito, de poder participar, saber que são capazes de liderar, de adquirir novos conhecimentos. Por isso, muitas resistem e não querem essa mudança pelo fato de não conhecer, de não saber, não ter esclarecimento. Essa é uma das grandes dificuldades na questão do empoderamento. (Entrevista com Maria Leonice Tupari, dezembro de 2018.)

Nesse sentido, a AGIR além de fazer esse trabalho com os homens, precisa fazer várias sensibilizações com as mulheres, porque é necessário que elas saibam que são sujeitas dotadas de direitos, tanto na sociedade indígena como na sociedade não indígena. Para que possam pensar num outro mundo de possibilidades e de acesso.

Um dos maiores desafios é que as mulheres que estão na coordenação não monopolizem e criem uma espécie de perpetuidade dos diretores a frente da entidade, pois este é um dos maiores motivos de enfraquecimento das organizações, que acabam por perder a credibilidade entre os indígenas

A AGIR realizou no mês de julho de 2017 a II Assembleia das Guerreira Indígenas de Rondônia, no município de Guajará Mirim. Objetivo do evento foi ampliar o debate dos direitos das mulheres, bem como tratar questões que ameaçam seus territórios como as atividades de garimpagem e extração de madeira nas TI.

Outros temas também estavam em pauta, como mudanças climáticas, saúde da mulher e relações de gênero nas aldeias. Eventos dessa natureza, ajudam a fortalecer a

cultura e valorização das indígenas nas aldeias. Celina Oro Nao foi a representante da Terra Indígena Rio Negro Ocaia na II Assembleia da AGIR. Mesmo com uma representante da TI no evento, percebemos junto as mulheres das quatro aldeias trabalhadas, que a AGIR ainda não chegou até essas mulheres.

É preciso intensificar novas estratégias de maiores interações e aproximações com essas mulheres por parte da AGIR, pois elas precisam saber que têm uma organização e que juntas poderão se fortalecer e conquistar os espaços de falas, de atuação política, que nos pareceu bem escassos e distantes dessas mulheres.

As Mulheres nas Organizações Sociais na Terra Indígena Rio Negro Ocaia

A participação das mulheres em movimentos sociais é um fenômeno relativamente recente, pois originalmente as mulheres não tinham espaço para apresentar suas demandas e reivindicar seus interesses publicamente. As decisões, incluindo as de núcleo familiar e as coletivas, eram tomadas exclusivamente pelos homens sob a forte liderança do cacique.

O registro de mulheres caciques em Rondônia são apenas do povo Cinta Larga onde a indígena Aparecida Cinta Larga é de uma aldeia dos Jupaú (Uru-Eu-Wau-Wau) onde antes do contato com o não indígena, tinham mulheres como lideranças.

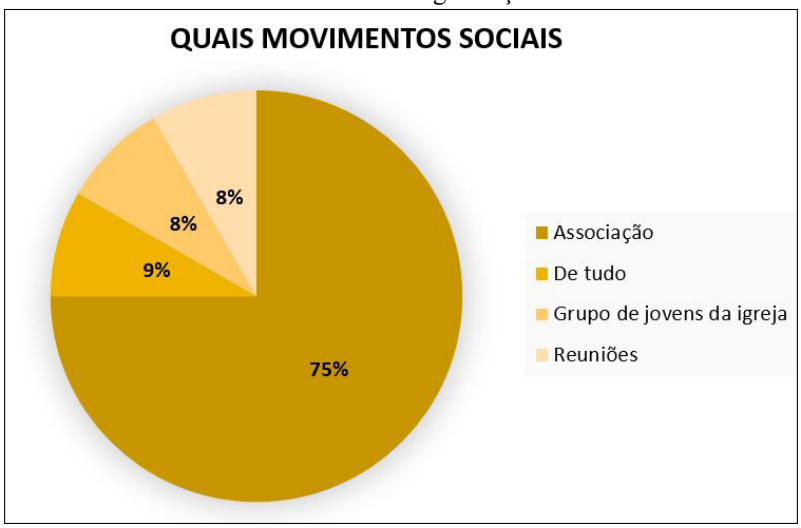
Atualmente as mulheres da TI Oro Negro Ocaia, estão sempre acompanhando os homens na maioria das atividades relacionadas ao coletivo, inclusive nas deliberações sobre decisões tomadas pela comunidade. Aos poucos ocupam o lugar e participam das votações em assembleias, debatem, apresentam demandas e contribuem com sugestões. Conforme pudemos verificar nas rodas de conversas realizadas em todas as aldeias TI, essa participação ainda é tímida e nem sempre ocorre de forma harmoniosa, porém este processo se apresenta como uma forma de representação da mulher através do surgimento de lideranças indígenas femininas.

As mulheres costumam conversar sobre suas demandas e as de suas famílias durante as reuniões em que a chicha é servida. A chichada é um momento em que as mulheres da Terra Indígena Rio Negro Ocaia sentem-se à vontade para conversar sobre diversas questões do seu cotidiano, onde apresentam sugestões para resolução de situações que são consideradas problemáticas por elas e onde elas trocam sugestões para a resolução de diferentes questões, pois até a data da realização do campo não havia um espaço ou momento reservado para a discussão da pauta de demandas femininas. Isso aconteceu com as realizações de Rodas de Conversas com as mulheres. Na aldeia Central isso ficou muito evidente, porque os homens cercavam a escola para ouvir o que as mulheres conversavam. Quando elas começaram a fazer seus mapas mentais, alguns homens entravam na sala para ver o que elas estavam desenhando.

Investigamos se as mulheres da Terra Indígena Rio Negro Ocaia participam de alguma forma de movimento social e constatamos que a minoria delas, ou seja 43%, participam de movimentos ou atividades sociais.

Sabendo da existência de mulheres participantes de algum tipo de movimento social, buscamos investigar em quais movimentos sociais estas mulheres desenvolvem atividades. Foi evidenciado que 75% das mulheres participam da Associação dos Moradores da Terra Indígena Rio Negro Ocaia, que conta com a participação de mulheres de diversos povos que são moradoras locais. O percentual de mulheres que afirmaram participar "de tudo" que ocorre na localidade corresponde a 9% e 8% das mulheres entrevistadas participam de grupo de jovens da igreja e de reuniões, conforme Gráfico 1:

Gráfico 1. Mulheres e organizações sociais.

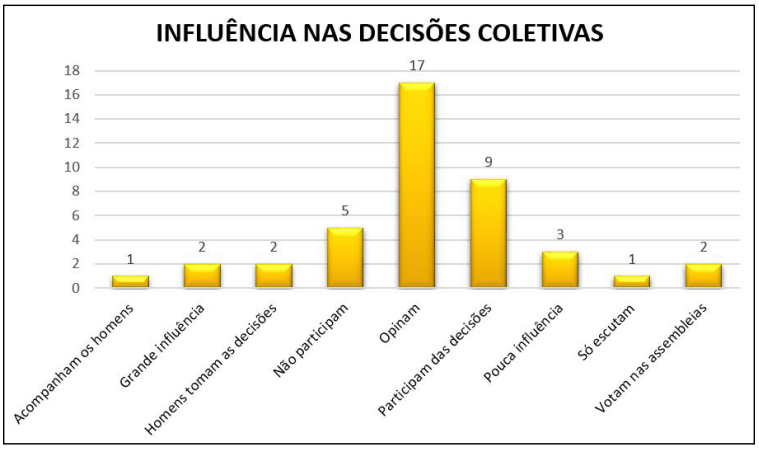


Fonte: Pesquisa de Campo Análise de Gênero. Kanindé, 2018.

Durante o campo as mulheres relataram as dificuldades em participar ativamente de uma organização ou movimento social. A principal dificuldade relatada é a participação em movimentos ou encontros fora da Terra Indígena devido às dificuldades de transporte e da distância. A dificuldade de informações e a distância também contribui para que os convites para cursos, encontros, congressos e atividades correlatas cheguem tardiamente ou com muita proximidade da data de realização das atividades, o que dificulta o processo de organização das mulheres que possuem interesse em participar. Outra dificuldade é no acesso à informação, pois devido à distância às vezes as informações chegam com ruídos e falhas na interpretação da mensagem original e nesses casos as mulheres costumam ser excluídas dos convites, mesmo que originalmente estes tenha sido extensivo à elas.

Ao indagar sobre a forma como ocorre a participação das mulheres nas decisões coletivas, constatamos que a opinião da maioria das mulheres entrevistadas é de que a participação feminina se dá pelas opiniões que são emitidas durante os momentos de votação, como ilustrado no Gráfico 2:

Gráfico 2. Mulheres e influência nas decisões coletivas.



Fonte: Pesquisa de Campo Análise de Gênero. Kanindé, 2018.

Nove das entrevistadas afirmaram que as mulheres participam das decisões coletivas do grupo, porém cinco mulheres se pronunciaram de forma contrária, ou seja, afirmaram que as mulheres não participam em exercer influência nas decisões coletivas. Também ouve o relato com afirmação intermediária, ou seja, a afirmação de que as mulheres participam do processo de tomada de decisões coletivas, mas exercem pouca influência sobre o mesmo. Houve percentual idêntico de mulheres (e indivíduos) que apresentou afirmações diversas, sendo: que as mulheres exercem grande influência; que as mulheres votam durante as assembleias e; que apenas os homens decidem. A quantidade de mulheres que afirmou que as mulheres apenas escutam e que elas apenas acompanham os homens foi de um indivíduo em ambos os casos.

Na Terra Indígena Rio Negro Ocaia há um Cacique e um Vice-Cacique que são eleitos por todos da Terra Indígena. Pelo fato de haver vários povos vivendo no mesmo território, em cada aldeia tem um cacique e um vice cacique. Em uma terra com características tão peculiares em relação à diversidade de povos que ali habitam, buscamos desvendar qual a importância da figura desse líder para a harmonia das relações sociais nas aldeias, bem como investigar se no universo dos cacicados existem representatividades femininas.

A figura do cacique foi percebida como de vital importância para diferentes povos. Esta liderança, com o aconselhamento dos idosos, é responsável por tomadas de decisões importantes que estão sempre relacionadas às estratégias que serão adotadas na aldeia para que o coletivo sobreviva e conviva de acordo com suas culturas, seus costumes, leis e tradições. Para Almeida Silva (2015):

> O cacique (...) é a representação simbólica e política de maior expressividade e de maior responsabilidade porque compete a ele e aos idosos a decisão de traçar estratégias de sobrevivência e de guerra, inclusive alimentar e uma série de outras atividades que direcionam o destino de seus membros. Sua atividade é suficientemente dura, uma vez que consiste em conciliar os interesses e conflitos internos do coletivo, embora conte com o auxílio de um conselho de indígenas.

Sabendo que as demandas masculinas nem sempre são idênticas às demandas femininas perceberemos que a existência de uma mulher cacique ou vice cacique em muito facilitaria o processo conciliatório. Nesta perspectiva, investigamos a existência de mulheres caciques na terra indígena e os dados coletados demonstram apenas 5% dos entrevistados relatou a existência de mulheres caciques.

As condições de existências destas caciques não é um fenômeno que possa ser considerado como uma liderança oficial, uma vez que todos os caciques oficiais de cada aldeia são homens. Porém existem relatos de lideranças informais. É nesta perspectiva extraoficial que as mulheres que exercem alguma liderança existam sim nas aldeias, Aa exemplo da Marlene Oro At, na aldeia Ocaia III, que já mencionamos anteriormente.

Durante a pesquisa de campo as mulheres que participaram das atividades de roda de conversa afirmaram que se sentem mais à vontade para tratar de determinados assuntos com as mulheres que exercem alguma liderança, pois estas são conhecedoras das demandas femininas existentes na terra indígena.

Investigamos se as mulheres também exercem algum tipo de liderança espiritual, sendo informados por 93% das entrevistadas que não. Antigamente a liderança espiritual na Terra Indígena era representada pela figura do pajé. Segundo Almeida Silva (2015, p. 195):

> O pajé em muitos coletivos é uma liderança que representa a sabedoria para a cura de inúmeros males existentes no coletivo, estabelecendo o contato direto com os espíritos, entretanto seu poder é temido em decorrência do exercício de rituais de feitiçarias que elimina seus adversários, mesmo que esse seja seu próprio coletivo.

Apesar da ausência de pajés, constatamos que em todas as aldeias existem mulheres e homens sabedores de procedimentos de cura e de parto, mas essas práticas acontecem de forma mais intensa nas aldeias mais isoladas. Este fenômeno justifica o percentual de 7% das entrevistadas que afirmaram haver mulheres que são identificadas pelo coletivo como líderes espirituais.

Mulheres Oro e suas vivências nas Aldeias

Mo Am Mim Oro Nao (Figura 2), tem 73 anos é uma das poucas anciãs da Aldeia Comi Wa Wan, mora com a filha e os netos, ainda trabalha nos artesanatos tecendo lindos cestos da folha do tucumã. Ela é do "tempo da maloca", como são conhecidos os mais velhos. Povo Oro Nao é um dos mais populosos da Terra Indígena chegando um total de 294 indivíduos.

Fonte: NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. Aldeia *Comi Wa Wan* Acervo Kanindé. 2018.

Figura 2. Anciã indígena *Oro Nao.*

Dina Oro Jowin (Figura 3), tem 44 anos, mora na aldeia Rio Negro Ocaia, tem uma filha, mas adotou sete sobrinhos que moram sua casa. O Povo Oro Jowim tem um total de 91 indígenas que vivem na sua maioria na aldeia Rio Negro Ocaia. Sonha em ser professora na aldeia. Acha que deve ter mais investimento nos estudos para melhorar a vida das mulheres. A sua renda vem da venda da farinha, banana e do artesanato. Como nasceu na aldeia, afirma que não tem lugar melhor para se viver.

Fonte: NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. Aldeia *Central.* Acervo Kanindé. 2018.

Figura 3. Mulher indígena Oro Jowin .

Marta Oro At (Figura 4), moradora da aldeia Cami Wa Wam, tem 32 anos e 03 filhos, foi nossa pesquisadora indígena e que nos apresentou sua linda aldeia e falou da sua história e da história do seu povo. O Povo Oro At (Figura 5) é composto por 145 indígenas, ou seja, é a terceira maior população da TIRNO. Significado do nome do seu povo é "Povo da perna comprida", como eram conhecidos no tempo da maloca. Marta acha importante garantir esse modo vida na aldeia para as futuras gerações. Um dos seus sonhos é ter o Ensino Médio na sua aldeia

Fonte: NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. Aldeia *Comi Wa Wan* Acervo Kanindé. 2018.

Figura 4: Mulher indígena *Oro At.*

Denise Oro Mon (Figura 5), tem 36 anos, nasceu na aldeia Lage Novo. Tem nove filhos. Denise foi uma das nossas entrevistadas na pesquisa. O seu povo é de apenas 12 pessoas na TIRNO, sendo 08 do gênero feminino e 04 do gênero masculino. Acha importante criar os filhos na aldeia, longe da cidade. Anteriormente, moravam na aldeia central, mudaram para aldeia Panti Hop porque é um lugar tranquilo não tem muita gente. Sonha com um bom projeto que ajude na produção de alimentos e que o preço da sua produção seja justo no mercado.

Fonte: NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. *Aldeia Panti Hop*. Acervo Kanindé. 2018.

Figura 5: Mulher indígena *Oro Mon* .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de fortalecer as organizações das mulheres indígenas é urgente, porque elas, muitas vezes não tem suas demandas contempladas nas agendas da Associação da Terra Indígena. Muitas mulheres pensam futuramente, criar as suas associações, mas no momento querem criar uma Coordenações de Mulheres e de Juventude, na Associação já existente. Primeiramente, para pautar suas demandas através da coordenação de mulheres, segundo a garantia dos espaços de falas nas Reuniões e Assembleias. A ausência de representantes femininas nas Diretorias das Associações, muitas vezes inibem as mulheres de pautarem suas agendas.

Apesar de viver na mesma TI, variações do Povo Oro, as mulheres têm agendas muito parecidas e complementares. Mas todas entendem que a existência de uma organização de mulheres facilitaria muito as suas vidas. Tanto no âmbito familiar, cultural e produtivo. Durante o trabalho de campo realizado com as mulheres em 2018, elas foram as que mais contribuíram em todos os temas para a construção do Etnozoneamento. Desde os aspectos familiares, cultura, educação, saúde, saberes tradicionais, transmissão da cultura, da língua, produção na roça, produção dos artesanatos, comidas tradicionais e muito mais.

Algumas mulheres revelaram suas expectativas para o futuro. A *Celina Oro Nao,* de vinte e um anos, considera importante a participação das mulheres nas organizações para conhecer e fortalecer em especial, a associação local e a AGIR. A *Clarisse Oro EO,* trinta anos, moradora da aldeia Rio Negro Ocaia, acha importante morar na aldeia porque pode plantar livremente. Mas pensa que deveria melhorar o preço dos produtos no mercado. Seu sonho é fazer um curso de técnica de enfermagem.

Pensamos que o caminho é longo, mas a semente foi lançada. As mulheres indígenas estão se organizando e se fortalecendo a partir de suas aldeias. Será com certeza um novo cenário para pensar seus corpos e seus territórios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA SILVA, A. **Territorialidades, identidades e marcadores territoriais Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

ASSIS, E. C. Descobrindo as Mulheres Indígenas no Uaçá–Oiapoque: uma antropóloga e seu diário de campo. **Revista Gênero da Amazônia**. Belém, n. 1, jan./jun. 2012.

CARDOZO, I. B. **Iwai e Metarea**: marca do território Paiter Suruí. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - PPGG/UNIR, Porto Velho, 2013.

ESTÁCIO, M. A. F.; ALMEIDA, D. A. R. Reflexões sobre o multi(inter) culturalismo e relações de gênero no contexto da educação escolar indígena no Amazonas. *In*: MIRANDA, C.; BARROSO, M.; ESTÀCIO, M.C.; COTÊ, D. (orgs.). **Gênero, desenvolvimento e território**: novas semânticas e antigas práticas. Manaus: Valer, 2015.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Assuntos de gênero e geracionais**. 2008. Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/assuntos-de-genero-e-geracionais?start=3. Acesso em: 10 dez. 2018.

GRUBITS, S.; DARRAULT-HARRIS, I.; PEDROSO, M. Mulheres indígenas: poder e tradição. **Revista Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 10, n. 3, p. 363-372, set./dez. 2005.

LITTLE, P.E. **Gestão territorial em terras indígenas**: Definição de conceitos e proposta de diretrizes. Relatório Final. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA – AC. Rio Branco: Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas SEPI – AC/ Agência GTZ do Brasil – GTZ, 2006.

MATOS, M. H. O. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementaridade ao lugar da espacialidade. *In*: SACCHI, Â.; GRAMKOU, M.M. (orgs.). **Gênero e povos indígenas**: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9" e para "27 Reunião Brasileira de Antropologia". Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/GIZFUNAI, 2012.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

NASCIMENTO, S. P. B. **Baku, uma Tuxaua na Amazônia**. Manaus: EdUA, 2013.

SACCHI, Â. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista Anthropológicas**, ano 7, v. 14, n. 1-2, p. 95-110, 2003

SEGATO, R. L. **Uma agenda de ação afirmativa para as mulheres indígenas no Brasil**. Brasília: Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília (UnB), 2003. (Série Antropologia, n. 326).

SESAI. **Cadastro de famílias da Terra Indígena Rio Guaporé**. Guajará-Mirim: SESAI, 2016.

TUPARI, M. L. **[Entrevista cedida a] Profa. Maria das Graças Silva Nascimento Silva**. Porto Velho, dezembro de 2018.

VERDUN, R. (org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília, INESC, 2008.